

## Visões de América em 1835: Abreu e Lima e sua perspectiva comparada

Luís Cláudio Rocha Henriques de Moura<sup>1</sup>  
lchmoura@bol.com.br

O objetivo desta comunicação é analisar, sob a luz da História Cultural, algumas das idéias de “América” que o brasileiro José Inácio de Abreu e Lima (1796 – 1869) apresentou em sua obra *Bosquejo histórico político e litterario do império do Brasil* (1835). Este raro trabalho, pouco conhecido por historiadores brasileiros e hispano-americanos, é de grande riqueza para a compreensão do ambiente intelectual de meados do século XIX na América Ibérica. Nesta obra, analisando comparativamente a construção histórica e intelectual de países como Brasil, Colômbia, Chile, México e Estados Unidos, Abreu e Lima produziu um texto original mas representativo quanto às idéias que as elites latino-americanas tinham concebido sobre as “Américas” e suas nações.

Abreu e Lima possui uma interessante trajetória política e intelectual. O pernambucano participou das lutas de independência da Grã-Colômbia entre 1819 e 1831, chegando ao cargo de General. Após a morte de Bolívar, deixou a região em direção aos Estados Unidos e Europa, onde passou um breve período. De volta ao Brasil no ano seguinte, estabeleceu-se na corte fluminense, contribuindo com a nascente historiografia nacional e como jornalista. O *Bosquejo histórico* foi a sua primeira produção literária após haver retornado ao seu país natal.

A década de 1830 esteve marcada pelas intensas lutas políticas durante o que se convencionou chamar de *Período Regencial* (1831 – 1840). Foram estes tempos de incertezas políticas que alguns historiadores identificam como a experiência republicana brasileira. O grande centro dos debates no país era a Câmara dos Deputados, onde as correntes políticas se definiam, ao tempo que expressavam suas divergências ou alianças em torno de questões fundamentais para a futura organização política do país.

Entre os debates apresentados na Câmara dos Deputados, dois projetos chamaram a atenção de Abreu e Lima e serviram de motivação para seus escritos políticos. O primeiro deles foi levado à sessão de 16 de maio de 1835 pelo deputado Antônio Ferreira da França, cujo objetivo era mudar o sistema de governo de monarquia para república. O segundo, do deputado maranhense Estevão Rafael de Carvalho, de 06 de julho de 1835, preconizava a separação da igreja brasileira da Santa Sé. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, seguindo a pista do general bolivariano em sua obra, o estudo foi elaborado “a instância de seus amigos que desejavam o seu pronunciamento” (Sobrinho, 2001, p. 15), pois o general possuía “o conhecimento prático (...) do Povo Americano, desde um a outro extremo” (Abreu e Lima, 1835, p. 45). Assim, Abreu e Lima escreveu vários artigos sobre estes temas, os quais serviram de base para o autor expressar a sua interpretação sobre o Brasil.

Para refutar as propostas dos deputados, elaborou uma análise comparada entre a América Ibérica, Estados Unidos, França e Inglaterra. A fim de demonstrar a impossibilidade de o Brasil acabar com a monarquia e estabelecer a república, Abreu e Lima expôs sobretudo pontos negativos do país, visando justificar seu posicionamento quanto ao assunto. A reflexão apresentada por ele é empreendida a partir de um processo de desenvolvimento histórico de cada país, onde intencionavam-se apresentar e avaliar a formação étnica, a colonização, aspectos políticos e intelectuais dos Estados abordados em seus estudos<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Cultural do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

<sup>2</sup> Publicado no segundo semestre de 1835 em Niterói, possivelmente o trabalho foi impresso inicialmente em periódicos, para somente então transformar-se em um volume. Não conhecemos referências sobre a impressão desta polêmica nas páginas de jornais, nem em panfletos da época. No entanto, sem maiores informações sobre sua “origem”, encontramos na “Advertência” dos editores uma referência onde apontam que inicialmente o

## A constituição dos povos americanos: em busca da civilização

A obra que aqui se comenta propõe-se a fazer uma análise do que Abreu e Lima chamou de “todos os elementos constitutivos dos diferentes Povos Americanos” (1835, p. 44). Na análise desenvolvida sobre os países americanos, assume-se como ponto principal de comparação, em relação à corrida ao progresso da civilização, a formação étnica e cultural das populações.

Tal exame era essencial em um momento no qual as elites de diversos países iniciavam o debate relacionado com a busca de identidade e com a formação das nações. Apesar de trabalhar mais com a idéia de formação da população e menos com a idéia de “povo”, o termo aparece constantemente em seu trabalho. E o povo era considerado a base para a constituição do projeto do Estado Nacional. Esta base, para Abreu e Lima, era essencial na hora de entender as questões referentes ao progresso social, ao desenvolvimento do direito natural e moderno, no qual o reconhecimento da liberdade, ou seja, de cidadãos com direitos iguais, é central. Dito argumento fazia sentido especialmente no Brasil, onde a escravidão ainda contrariava a liberdade de grande parte da população.

A sua visão de civilização e progresso no continente era fundamentalmente influenciada pelas idéias européias acerca do estado e composição da América, herdeiras das teorias negativas de Montesquieu, Buffon e De Pawn (Gerbi, 1996)<sup>3</sup>. No entanto, estes não foram as suas únicas influências. Amparado em Humboldt, encontrou características positivas nesta América católica, como foi o caso da valorização da população pré-colombiana e as grandezas e diversidades da natureza brasileira.

Entretanto, a idéia de uma América “inferior”, expressada principalmente através das características tanto da natureza quanto de seus habitantes, estava amplamente presente em suas análises. Esta inferioridade não era baseada apenas na questão biológica, mas também na imperícia técnica e na inabilidade quanto ao controle da natureza pelo homem americano, contendo aí a idéia difundida da “infantilidade” do continente, na corrida para alcançar a civilização, tal qual a Europa ou a América protestante. Assim expressava-se Abreu e Lima:

“em meio dessa vigorosa vegetação todos os nossos artigos de gosto são inferiores aos que produz a Europa; hortas e pomares, ainda exóticos, são infinitamente superiores ali, devido tudo ao cultivo e modo de estrumar a terra; o que prova demasiado o nosso estado de infância, e a insuficiência da simples natureza” (1835, p. 59).

Contudo, estes eram apenas alguns dos problemas. O Brasil, assim como os demais países americanos, teve sua população classificada por Abreu e Lima. Sua heterogeneidade é considerada um aspecto negativo que coloca o país em atraso em relação à América e à Europa<sup>4</sup>. Especificamente quanto ao Brasil, havia outro argumento quanto à sua população que o ligava ao atraso. Este era a origem dos colonos brasileiros: os portugueses. No texto, como de costume na época, está bastante presente a afirmação da identidade brasileira frente à

---

estudo fora escrito em “artigos soltos”. Outra informação sobre a obra é que ela não fora assinada por Abreu e Lima. A referência de autoria que consta em sua capa é apenas “Por Um Brasileiro\*\*\*”. Na primeira edição do *Compendio da História do Brasil* (1843), a obra aparece entre suas publicações. Sobre a proposta do projeto, vejam-se Romero (2001, p. 355), Martins (2001, pp. 211, 212, 215-217) e Rodrigues (1978).

<sup>3</sup> Um dos mais influentes pensadores da segunda metade do século XIX, Charles Darwin, em sua viagem exploratória em 1836, faz o seguinte comentário sobre Recife: “a cidade é por toda parte detestável, as ruas estreitas, mal calçadas e imundas; as casas, altas e lúgubres” (Darwin, 1992, p. 165).

<sup>4</sup> A idéia da mestiçagem passa a ser considerada positiva, pois previa o “embranquecimento” do país, apenas a partir da metade do século XIX, com o movimento romântico (Schwarcz, 1993).

rejeição da identidade “estrangeira”, sobretudo a relacionada à metrópole colonizadora; no caso do Brasil, Portugal (Knight, 2000). Este “anti-lusitanismo” é defendido abertamente no trabalho. Abreu e Lima reafirma a mesma idéia no seguinte comentário sobre a origem dos brasileiros: “sendo nós descendentes do portugueses, éramos por isso mesmo o Povo mais ignorante do Continente americano” (1835, p. 111).

Não apenas o anti-lusitanismo se encontrava no pensamento do pernambucano, mas também a idéia da degeneração do povo brasileiro. Qualificou o estado da população branca seguindo a idéia da degeneração antropológica que, segundo seu critério, acontecia no continente: “he forçoso reconhecer o que somos, para não despedaçar-mos contra os escolhos que temos diante; somos Portugueses, porém já degenerados” (1835, p. 60). Tal degeneração, pensamento comum na Europa da época e migrado para a América, constituía a visão do homem americano, outrora europeu, influenciado pelo clima, pela natureza, pela miscigenação, que se refletiam em seu estado moral e intelectual (Gerbi, 1996). Estas palavras deixam claro o lugar da herança portuguesa e o estado do Brasil contemporâneo ao autor.

Mas nem todas as Américas eram iguais. A concepção de Abreu e Lima quanto à distinção da formação da América Ibérica e a Inglesa apareceu, sobretudo, quando buscou valorizar o continente. Ao analisar o povoamento dos Estados Unidos por colonos “religiosos” e “organizados”, considerados diferentes em sua natureza e origem dos da América Ibérica, contestava a idéia negativa acerca da América defendida pelo Abade Raynal, segundo o qual fora povoada apenas por indesejáveis provenientes da Europa. Refutava a versão da colonização por “degredados e bandidos” e afirmava que a prática, que viera apenas no século XVII, ocorreria de diferentes maneiras no continente (Abreu e Lima, 1835, p. 39).

Assim como o seriam para o argentino Domingo Sarmiento, em seu livro “Civilización y Barbarie” (1845), para nosso autor os Estados Unidos, por possuírem uma população homogênea de origem anglo-saxã, onde “5/6 são perfeitamente homogêneos, sem mescla de classes distintas” (Abreu e Lima, 1835, p. 39), era o país mais avançado naquele momento na América. Seu argumento era de cunho etnocêntrico e eurocêntrico, segundo o qual a população branca era considerada como modelo ideal a ser construído no Novo Mundo.

Abreu e Lima apontava que o censo de 1830 indicara que apenas 1/6 da população dos Estados Unidos era escrava. Estas características haviam possibilitado que o país se desenvolvesse e progredisse rumo à “civilização”. A origem do sistema republicano, considerado por ele o mais avançado, estava relacionada diretamente com a colonização do país, confirmando uma capacidade possibilitada pela sua origem “genealógica” e cultural inglesa. O autor afirma que “nenhum outro Povo americano se achou nas mesmas circunstâncias para adoptar um sistema análogo”, isso devido à sua “colonização inglesa” e à homogeneidade populacional (1835, p. 39)<sup>5</sup>. O progresso norte-americano era exaltado tanto em sua origem, quanto pela ausência das guerras civis que ocorriam na América Hispânica. “Onde se viu tanta moralidade, tanto amor à Ordem, tantas virtudes reunidas em homens, que fugião da desordem da guerra civil?” (1835, p. 42).

Dita moralidade também estava relacionada à questão da religião, cuja presença, em sua análise, estava diretamente ligada ao desenvolvimento do país. Uma observação que merece destaque é aquela que considerava que “a educação d’aquelle Povo correspondia á austeridade de seus princípios religiosos; a ilustração não se achava mui divulgada quando os Estados-Unidos se emanciparão” (1835, p. 42). Este segmento aponta para a intrincada relação entre civilização e religião. Diferente à educação produzida pela religião e suas instituições, ao sul do continente esta concepção de avanço da civilização estava ligada à cristianização do indígena.

---

<sup>5</sup> Abreu e Lima já havia estado duas vezes nos Estados Unidos, em 1818 e em 1832.

Sobre as populações da América Ibérica, Abreu e Lima elegeu analisar e tecer comparações principalmente com a Colômbia e com o México. Estes países foram selecionados como objetos de estudo por ser considerados “nações mais consideráveis, tanto pela sua população, como seus feitos e riquezas” (1835, p. 39). O anterior comentário supõe o reconhecimento de um Estado da época ligado à sua “origem” étnica, como nação de origem “primordial”, baseando-se nos antigos impérios indígenas (Knight, 2000), a partir dos quais o avanço é considerado um traço de continuidade.

Sobre a população destes dois países, Abreu e Lima encontrou o elemento positivo da sua origem no “passado glorioso dos *Incas* (sic)”. Procurou legitimar seus argumentos sobre a região com a obra de Humboldt, que havia estado na “Venezuela, Nova Granada e Quito, de haver visto o Orinoco e Rio Negro, passou ao Peru (...) depois seguiu a Nova Espanha”.

No caso do México, também reconhecia uma referência positiva no que diz respeito ao seu passado pré-colombiano. Segundo Abreu e Lima, “admirado Humboldt da progressiva ilustração do México, tratou de averiguar as suas causas, e as achou fundadas na primitiva civilização do Povo indígena”. Recorrendo ao trabalho de Humboldt, relembra os empreendimentos arquitetônicos antigos:

"em México existião homens de um saber imenso: os monumentos coloniaes, de que fala Humboldt em suas antiguidades e monumentos dos Andes, os Teocals, as Estatuas, Canaes, Caminhos e estradas, que ainda hoje admira o viajante, dão do México a idea do Povo mais culto e mais antigo do nosso Continente" (1835, p. 42).

Este comentário chama a atenção pela característica que deu aos astecas. Ao chamá-los de “povo mais culto e antigo do México”, está atribuindo-lhes uma característica pertencente à civilização: a cultura. Embora reconhecesse e considerasse relevante o avanço da civilização pré-colombiana antes da colonização, não lhe concedia o mesmo grau de importância no presente da enunciação, o século XIX. Segundo nosso autor, comentando sobre o Peru: “hoje devemos confessar, que a raça dos Incas tem perdido toda a sua energia, e se acha sumamente degradada e abatida” (1835, p. 45). Considerava que o passado de avanço havia dado lugar à degeneração da raça, mostrando seu alinhamento com a idéia de decadência do continente americano e dos indígenas (Gerbi, 1996). No *Bosquejo*, outro aspecto avaliado positivo para reconhecer o progresso mexicano era a baixa presença de escravos, pois o país contava com apenas 1/17 da população total nesse estado (1835, p. 45).

Em relação à Venezuela e à Nova Granada, afirmava que o censo de 1823 registrara uma população de 2.700.000 de habitantes, dos quais 300 mil eram escravos, o que equivalia a apenas 1/9 da população. Este fato era bastante positivo na opinião de Abreu e Lima, pois, além de apresentar uma parcela relativamente pequena da população de cativos africanos e seus descendentes, também expressava uma baixa quantidade de mão-de-obra escrava (1835, p. 46).

Um dos objetivos do *Bosquejo histórico* era empreender uma análise contemporânea da população do Brasil. Logo no início, lamentava a falta de dados e o fato de não poder usar autores brasileiros e ter que recorrer a estrangeiros, por não haver trabalhos sobre o assunto. De acordo com o autor, “Dificilmente cousa por certo he determinar a nossa população, tendo desgraçadamente que ocorrer á estrangeiros”. Considerava que os trabalhos que havia resultavam negativos e comentava que alguns dos autores destes estudos “valia mais, que nunca se tivessem ocupado de nós, como por exemplo Beauchamp, Henderson, Purdy, Lindley e outros deste teor, cujas produções só servem para dar uma triste idea do paiz” (1835, p. 47). Muitos destes autores apresentavam uma visão destoante da defendida pela elite intelectual brasileira a respeito de sua população, heterogênea, apresentando um descompasso com o projeto civilizacional desejado, de um Brasil branco, formado por descendentes de

européus. Entretanto, a sua própria análise sobre a população também apontava esta heterogeneidade indesejada e uma ampla presença de escravos (1835, p. 48).

A discussão sobre a origem da nação encontra uma continuidade no que seria a nação e seu povo, pois a questão da democracia e de seu processo de formação está ligada à constituição física da população. A relação deste povo, povos ou comunidades, com a nação, ocorria quando, através do direito natural e no pacto social, procurava-se estabelecer a igualdade entre os homens em nome da soberania nacional (Guerra, 1993; Knight, 2000). Esta igualdade seria medida por Abreu e Lima considerando tanto as leis do país analisado, como também a formação étnica deste e a presença ou não da escravidão.

### **A escravidão e sua influência negativa no Brasil: passado, presente e futuro**

Uma das referências importantes que apresentava Abreu e Lima para contrastar o grau de avanço entre os países era a presença da escravidão. Este item envolvia aspectos jurídicos relacionados com aspectos democráticos. Para Abreu e Lima, a escravidão era incompatível com o sistema democrático moderno: “não pode haver liberdade política sem liberdade civil e religiosa (...) o direito de um homem sobre a liberdade individual de outro he irritado, não só porque é injusto, senão porque he absurdo” (1835, p. 52). Era a campanha do general contra a escravidão e a favor dos ideais iluministas.

Constantemente, posicionou-se a favor do fim da escravidão negra no país, considerando-a um ato contrário à tendência da política democrática. Não é difícil encontrar sua contrariedade ao sistema escravagista. Sua vivência na América Andina deve haver influenciado em sua opinião, pois lá ocorreram avanços em direção à abolição ainda durante os anos da guerra de emancipação e da guerra civil. A aproximação de seu pensamento com o de Bolívar reforça este aspecto em favor da emancipação dos escravos no Brasil.

A questão da escravidão era considerada essencial por Abreu e Lima para estabelecer o “*ranking*” civilizacional. A garantia de liberdade ao escravo foi expressa valorizando a situação dos países vizinhos quanto à escravidão. Neste aspecto, os Estados Unidos e as repúblicas hispano-americanas estavam mais avançadas do que o Brasil. Na Colômbia, em 1821, havia sido sancionada a *Lei do Ventre Livre*, “uma religiosidade admirável e digna de imitar-se” (1835, p. 50)<sup>6</sup>, afirmação esta que reforçava a necessidade de um processo gradual para acabar com a escravidão. Ao indicar o caminho a percorrer, Abreu e Lima destacou também a Constituição da Bolívia, que, “sancionando a liberdade dos escravos, tocou o complemento dos direitos naturais, civis e políticos do homem; estabeleceu de facto o santo dogma da igualdade” (1835, p. 52).

Apesar de ser partidário da emancipação do negro no Brasil, não considerava que o país, nem mesmo a América, estivessem caminhando em breve para um desfecho da escravidão. Relacionando liberdade civil e política, demonstrava seu pessimismo, ou realismo, quanto ao fim do sistema:

“De tudo quanto temos dito, poderemos deduzir duas cousas: 1ª que a emancipação dos escravos, ou a liberdade civil da América he de impossibilidade absoluta por muitos annos, principalmente no Brasil: 2ª que sem a liberdade civil não poderemos aspirar ao complemento da liberdade política” (1835, p. 54).

Ao criticar a escravidão e o estado atual do Brasil, apoiava-se no princípio do pacto social e da igualdade entre seus cidadãos, segundo o qual para se formar uma nação era

---

<sup>6</sup> Sobre algumas regiões, considerou que as “Republicas do Peru, de Chili e de Buenos Ayres são tão insignificantes em questão à escravatura” que, por isso, não as devia abordar.

necessário o exercício da liberdade (Guerra, 1993, p. 330). Com a escravidão, este exercício estava privado de funcionamento e, por consequência, dava-se a impossibilidade da manutenção do Estado, desde a independência norte-americana.

Comparando a Colômbia com o Brasil, Abreu e Lima considera que a primeira se encontra mais avançada do que o segundo pelo fato de haver iniciado um processo em direção à abolição da escravidão. De acordo com sua idéia, na Colômbia:

“[o] povo marcha para a perfeição da liberdade política, sancionando a liberdade civil, que he a primeira e a mais grata de todas as liberdades, porém nós perguntamos agora a todos os demagogos do Brasil ¿o que se pratica com a nossa parte da população em Colômbia, poderia acaso verificar-se, quando se trata da metade de um povo agrícola, cujos produtos são todos devidos á braços cativos?” (1835, p. 50)<sup>7</sup>.

Apresenta, assim, seu desejo de vivenciar o fim do sistema escravocrata. Confirma sua recusa ao sistema de escravidão exaltando o avançado estágio político em que a Colômbia se encontrava em relação ao Brasil, mas também aponta a “necessidade” econômica de manter a escravidão que este último país padecia.

Abreu e Lima fazia coro ao pensamento de Humboldt e de muitos abolicionistas, pois considerava um absurdo tal sistema. No entanto, parece concordar com a impossibilidade de se decretar a abolição naquele momento no Brasil. Sua justificativa estava relacionada às idéias econômicas ligadas à mão-de-obra escrava, bastante difundida, segundo as quais o país iria à ruína com o fim do sistema, por causa de um choque econômico. Seguindo o trecho abaixo, vemos esse raciocínio:

“O Brasil, nação agrícola, cujos capitães estão reduzidos ás terras e á escravos, funda a sua existência actual na sua industria rural; por consequência, a prosperidade, o bem estar, a vida mesma da Sociedade depende dos escravos; o seu numero he imenso, seu valor assombroso; apenas haverá um homem livre, que não possa considerar-se senhor de dous cativos. A liberdade civil seria pois a morte política do Brasil, seria o ataque mais pernicioso contra a propriedade; seria finalmente a destruição do Estado. Agora perguntamos he um Povo que funda sua existência sobre base tão incerta de direito e justiça, pode, sem temor precipitar-se em um abismo” (1835, p. 54).

Apesar de haver convivido com os avanços para o fim da escravidão na América Andina e ser partidário da supressão de tal forma de trabalho no Brasil, não deixava de participar do pensamento mais difundido na população brasileira. O Brasil havia se erguido sobre o uso da mão-de-obra escrava e era dependente desta, fato que era criticado na sua obra, sem negar, no entanto, sua importância. Em contrapartida, no que tange à política, o sistema representativo não poderia obter sucesso pela existência da escravidão e pelo caráter heterogêneo e conflitante da população do Brasil.

Sobre o relacionamento da estrutura escravista agro-exportadora com as idéias liberais, Lucia Maria Paschoal Guimarães apresenta algumas reflexões. De acordo com a autora, com a conquista da independência na América Portuguesa, as pessoas que chegaram ao poder provinham de grupos sociais ligados à propriedade da terra e à agro-exportação dependente do trabalho escravo. Assim, dentro desta estrutura, o discurso liberal se constituiu apresentando certas especificidades. Em relação à emancipação política administrativa, foi revolucionário, mas, quanto à ordem interna vigente da estrutura social, foi conservador. Essa

---

<sup>7</sup> A Colômbia aboliu a escravidão apenas em 1848.

contradição discurso-prática teria sido um dos motivos da instabilidade, sobretudo na primeira metade da *Regência* (Guimarães, 2001).

O trabalho escravo entrava em contraste com as idéias de civilização. Sua herança étnica e cultural resultava essencial para entender o caminho histórico percorrido por cada nação. Segundo a tese de Abreu e Lima, devido às suas influências negativas na vida política e econômica, a escravidão representa o maior motivo para o atraso do Brasil, país com alto número de escravos.

Com uma população erigida sobre a base das diferenças, a divisão se assentava no seio da “nação” brasileira. A cisão observada apontava para um dos interesses, ou necessidades, que o momento demandava: a criação de um povo unido, de “rasgos comunes”, que, a partir da constatação e produção de elementos constitutivos comuns, usaria estes como suporte à formação da nação (König, 2000). Abreu e Lima apontava que a principal cisão da população brasileira a deixava “dividida em duas partes iguais (...) isto he, pessoas livres e pessoas escravas”, “somos todos inimigos, e rivaes um dos outros, na proporção de nossas respectivas classes”. Acrescentava ainda um comentário que reforça o alinhamento com as idéias etnocêntricas, tão comuns à época: “feliz de nós si esta parte livre fosse homogênea”. Além desta divisão principal, havia ainda uma subdivisão indicada no *Bosquejo histórico*, com a seguinte classificação: “negros livres, mulatos livres, brancos natos e brancos adoptivos = sem contar com os Índios (que ainda formão uma quinta família) por ser uma classe inerte, e de nenhum peso político” (1835, p. 56). Assim era a situação brasileira.

Esta indicação era essencial para as comparações. Ao confrontar o Brasil com os Estados Unidos, onde “5/6 são perfeitamente homogêneos, sem mescla de classes distintas”, reconhecia a superioridade da sociedade norte-americana. A heterogeneidade da população levou a um estado em que todos eram rivais e adversários uns dos outros. Para o autor, “nós outros não temos um só termo de comparação com aquelle paiz”. A comparação era mais ampla, pois “[estávamos] infinitamente mais atrasados do que os Estados-Unidos, quando emprehenderão a sua emancipação política?” (1835, pp. 153 e 61)<sup>8</sup>. A existência da escravidão naquele país não parece ser empecilho ao seu argumento, uma vez que o número de escravos era reduzido. A idéia de que a América inglesa era uma exceção dentro do continente era respaldada, mesmo com um sistema semelhante em parte de seu território.

Abreu e Lima chamava a atenção para um fato que confirmava a importância da monarquia. Em uma análise da região sul-americana, apontava a manutenção da unidade territorial brasileira, frente à fragmentação das repúblicas hispano-americanas. O autor considera:

“crível, que nos tenhamos preservado até hoje da guerra civil, e que ainda permaneçamos unidos á despeito desse espírito de localidade, que parece ameaçar a nossa União? De que modo milagroso temos nós escapado da anarquia, quando todos os nossos visinhos, mais ou menos, tem sido acometido por esse monstro devorador; elles que estavam mais adiantados na carreira da civilização” (1835, p. 111).

Abreu e Lima não negava a mudança de sistema definitivamente para o país, porém considerava que o momento ainda não era propício. Na escalada do progresso, o Brasil estava muito atrás dos países desenvolvidos, entre os quais até os “mais desenvolvidos” tiveram problemas com as mudanças (1835, p. 127).

De acordo com a análise apresentada por Abreu e Lima, a sua visão só poderia ser negativa. Dadas as necessidades e características básicas exigidas para a edificação da Nação,

---

<sup>8</sup> Neste comentário, entende-se que o maior peso da questão racial estava centrado na mescla populacional, e não na questão da liberdade e desigualdade jurídica argumentada anteriormente.

do Estado e do povo, de acordo com a idéia eurocêntrica de civilização, o Brasil só poderia estar bastante atrasado para tornar-se civilizado. O número de escravos era o maior no continente, e, quiçá, no mundo; o povo era heterogêneo, dividido em “classes”, miscigenado e boa parte dele, ainda não catequizado. Nem sequer o componente branco salvava, pois os brasileiros eram herdeiros dos portugueses.

### **A herança portuguesa e a produção intelectual brasileira**

O estado intelectual dos países foi analisado considerando a produção científica de cada povo abordado, a presença de instituições de ensino em cada território e as contribuições das expedições européias ocorridas na primeira metade do XIX. Estas preocupações apontavam para a demanda de “nacionalização” do pensamento americano e expressavam o valor dado ao “nacionalismo cultural” (Knight, 2000) em um processo identitário, necessário à formação da nação. Para encontrar-se e reconhecer-se como povo, um dos alicerces da construção da nação foi a cultura, expressa na Literatura e na História (Martins, 2001; Diehl, 1998).

Nelson Werneck Sodré, ao abordar o início da historiografia no país e buscar as bases dos primeiros esforços da construção da literatura nacional, indica uma linha de desenvolvimento que se iniciou em meados do século. De acordo com o autor, a “história literária e o esboço de crítica já surgiram com o ensaio de Gonçalves de Magalhães, prosseguindo com o trabalho de Abreu e Lima, mas é com Francisco de Adolfo de Varnhagen, na introdução ao *Florilégio da Poesia Brasileira*”, que têm o início original as letras no país (Sodré, 1960, p. 210). Este último trabalho de Varnhagen foi publicado tardiamente, apenas em 1850, em Lisboa. Sobre a questão da identidade literária, é sintomático como Abreu e Lima é constantemente relacionado aos primeiros passos da literatura do país na primeira metade do XIX.

A idéia da continuidade cultural brasileira com Portugal também estava presente no *Bosquejo*, com considerações críticas sobre a literatura do país. Entre as causas de sua consideração negativa da situação, encontravam-se a herança portuguesa, a escassez de obras literárias e a fraca estrutura educacional do país. Esta imagem de um Brasil intelectualmente fraco aumentava com as comparações feitas com a América Hispânica, que possuía uma tradição literária e universitária, implementada desde a época de sua colonização.

A respeito do contraste entre o Brasil e as ex-colônias espanholas, Abreu e Lima carrega nas tintas da comparação: “nos achávamos em grande distancia, porque não tínhamos a vantagem d’aquelle sistema colonial; os espanhoes muito mais ilustrados que os Portugueses, possuem uma vasta literatura, senão a mais rica, pelo menos a mais antiga da Europa”. A literatura espanhola para Abreu e Lima reafirmava seu valor quando eram encontrados ingleses e franceses que buscavam “beber na fonte pura dos espanhoes”, como era o caso dos trabalhos indicados sobre as Antilhas e a Costa do Marfim, que foram utilizados por Bossuet, Prony e Francoeur (1835, p. 62).

Segundo o autor, a Espanha oferecia ao mundo grandes talentos, “os sábios D Jorge Juan, Ulloa, Chorruga, e Hidalgo, que tanto honra fazem á literatura espanhola, cujos nomes estão escritos entre os dos sábios de todo o mundo” (1835, p. 47). Já os nossos colonizadores haviam “produzido pouca literatura”, que apenas naquele momento começava a florescer, com o trabalho de Silvestre Pinheiro. Distinta era a situação de nossos vizinhos, com trabalhos reconhecidos, como eram os casos do cartagenense García del Río e o caraquenho Andrés Bello.

Para Portugal e para o Brasil, a crítica era dura. No entanto, observava paradoxalmente a influência da herança portuguesa na literatura brasileira, o qual considerava negativa, mas não deixava de reconhecer sua contribuição à construção intelectual do Brasil:

“até agora temos feito um e tudo particular da nossa literatura e não podemos dar um passo mais adiante; chamamos-lhes nossa, porque ainda homtem éramos Portugueses (com quanto nos pese); e se rejeitamos a literatura portuguesa, ficaremos redusidos á uma condição quase selvagem” (1835, p. 69).

Apesar das críticas, não deixava de reconhecer a existência de alguns trabalhos portugueses importantes, como os de Camões e de João de Barros, o qual chama de Tito Lívio português. Afirmava o valor das obras de ambos, mas não as poupou de críticas. Achava os trabalhos limitados em quantidade e conteúdo, por estar “dominados sobre tudo pelas ideas religiosas dáquelle tempo” (1835, p. 67), ligadas à tradição da ilustração.

Assim como os portugueses, os brasileiros eram crivados de comentários negativos. Entre eles alguns apontavam questões de idiosincrasias coletivas e rasgos identitários que permaneceriam por muito tempo na memória coletiva brasileira. Aqui estão algumas palavras que ecoariam durante muito tempo país:

“Entre os Brasileiros tem havido alguns homens distintos pelo seu saber; porém o mesmo sucede a seu respeito que com os Portugueses: a apatia é o nosso cunho nacional (...) não existe uma só obra clássica, de que possamos gloriar-nos, em nenhum ramo das Ciências positivas, exatas ou experimentais (...) não houve todavia quem se lembrasse de redigir um compêndio de doutrinas próprias para qualquer ramo das ciências exatas que ali se ensinam. Será por incapacidade ou por ignorância? Não; é por incúria, por desleixo, por apatia e por preguiça” (1835, p.71).

Porém, ainda com as críticas aos intelectuais luso-brasileiros, Abreu e Lima reconheceu que as obras de alguns poetas eram famosas e cita entre elas o *Caramuru*, de Santa Rita Durão, o *Uruguai* de Basílio da Gama e *Marília de Dirceu* de Tomás Antônio Gonzaga. Entre os brasileiros, reconheceu ainda alguns homens da época com talento, destacando entre eles o Visconde de Cairu e José Bonifácio (1835, p. 72).

### **A rede de ensino: América hispânica e América portuguesa**

A vida intelectual não era analisada unicamente na América, mas também na Península Ibérica. A origem do sistema de ensino espanhol estava relacionada às instituições presentes desde a ocupação moura. Encontram-se indicações do início das academias espanholas durante a presença árabe na Península Ibérica. Os árabes haviam deixado uma herança de “academias e Escolas publicas”. Outro povo que também foi considerado como de importância para a Espanha, foram “os Judeos [, que] concorrerão também para a gloria literaria e scientifica da península”. Essa herança espanhola, preocupada com a ciência, foi para Abreu e Lima um diferenciador entre as Américas ibéricas.

A situação antiga rede educacional da América hispânica, em relação à América portuguesa, também se devia à sua colonização pela Espanha. A existência de universidades colocava a América vizinha mais à frente intelectual e civilizacionalmente do que o Brasil. A Nova Espanha possuía um aparato que se destacava no continente. Contava naquele momento com “quatro Universidades, além de 10 colégios e outros estabelecimentos científicos, quando se indenpendisou da velha metropoli” (Abreu e Lima, 1835, p. 46). Em contraste, o Brasil acabava de inaugurar a sua primeira faculdade na década de 1820.

As repúblicas hispânicas, em referência à vida intelectual, eram consideradas avançadas, férteis e exemplares. A educação estava ligada à sua história, e à existência de

universidades e de homens de expressão intelectual, o qual elevava as repúblicas vizinhas na corrida civilizacional a caminho do progresso, encantando inclusive o experiente Humboldt:

“Tão bem existião no mesmo território 4 universidades, das quaes a de Caracas tinha uma centúria de existência antes da revolução. Humboldt admira, sobre tudo na Nova Granada, os homens de saber que elle encontrou, e que muito o coadjuvarão em todas as suas empresas científicas como prova da sua gratidão e reconhecimento dedicou ao ilustre e desgraçado Caldas a sua imortal obra de Geografia das Plantas. Matemáticos, Naturalistas, Jurisconsultos, em todas finalmente, achou Humboldt que admirar e respeitar; um Caldas, um Motis, um Camilo Torres, um Zea, Um Mexias...” (1835, p. 46).

A inexistência de universidades no país era um ponto relevante de comparação e de crítica negativa a respeito do estado intelectual do Brasil. Segundo Abreu e Lima, desde 1812 se falava na criação da Universidade brasileira e em 1823 houve uma infrutífera discussão no parlamento sobre o assunto (1835, p. 64). Seu descontentamento era expresso em suas queixas:

“Nunca podemos obter uma universidade no Brasil, nem ao menos que se nos ensinasse as sciencias exactas ou naturaes; era mister ir á Portugal para aprender aquillo mesmo, que um Americano Espanhol teria aprendido em qualquer capitania Geral, ou Província subalterna (...) nem tivemos nunca uma Universidade, nem um Colégio, a excepção de Seminários, onde toda a instrução se reduzia ás noções mais simples dos rudimentos clássicos” (1835, pp. 47 e 56).

Tais preocupações não deixavam de ser importantes, porém não foi feita uma análise mais detalhada sobre o estado da população quanto ao analfabetismo. Abreu e Lima preocupou-se com o ensino secundário e superior, mas não procurou refletir sobre a instrução básica, quando, em 1823, 95% dos brasileiros eram analfabetos (Martins, 2001, p. 106).

Tais questões eram significativas, pois as universidades alimentavam a vida intelectual e a identidade nacional dos países vizinhos, enquanto o Brasil pouco se forjava intelectualmente. Tratava-se de uma preocupação com a emancipação intelectual do país, de uma necessidade de criar instituições de ensino, de produção de idéias locais e de formação de profissionais. Enquanto no Brasil a educação estivera ligada às instituições de ensino secundário, modeladas à maneira das instituições das luzes européias, nas repúblicas vizinhas estava atrelada às universidades e às idéias modernas (Diehl, 1998; Ricupero, 2004).

### **Aspectos da *intelligentsia* brasileira**

Entretanto, para Abreu e Lima o problema não se restringia à inexistência de instituições superiores de ensino. A ausência de trabalhos literários “nacionais” também era um entrave ao desenvolvimento intelectual do país. No que diz respeito à produção de materiais empregados nas academias, considera que naquela época utilizavam-se autores estrangeiros. Pois os brasileiros estavam em condições inferiores, não haveria ninguém, nas “Academias, militar e de marinha, Cursos jurídicos, Escolas médicas & c., que não conheça, como nomes clássicos, os de D. Jorge Juan, Manzarredo, Mendonza e Rios, Bellidor, Chorruga, Orfila, Ramon Sala, Covarrubias e outros muitos” (1835, p. 62).

Quando não utilizavam tais autores, escreviam compêndios locais baseados em trabalhos estrangeiros (Rodrigues, 1978; Gasparello, 2002). Abreu e Lima chamava a atenção para o fato de não haver produção portuguesa entre as obras mais utilizadas no Brasil. O

recurso à produção lusitana era “inteiramente desconhecido, o que se observa pela criação da Academia militar do Rio de Janeiro, em que para organizar compêndios se lançou mãos das doutrinas de Biol, La Croix, Le-Greuder, Francoer, Prony, Bossut, La Caile, Marie, La Laude, Theveneau” (1835, p. 69). Como podemos perceber, a maioria dos pensadores apontados era francesa, o que confirma a forte influência destes intelectuais na América do século XIX.

No Brasil, um dos principais escritores nacional era Cairú. Tratava-se de “um dos Brasileiros, que mais tem escrito, he sem duvida o Visconde de Cayrú; assim mesmo he tão pesado, indigesto e de mau gosto, que apenas um ou outro Brasileiro, que conheça o lea os seus escritos”. Outro pensador levado em consideração era Bonifácio, porém este pela sua potencialidade e não pela sua produção. Para o autor, “[o] mesmo Sr. José Bonifácio não tem correspondido à vastidão do seu imenso saber”. Sobre este arrisca uma projeção bastante acertada, pois acreditava que “em bem poucos annos elle será mais conhecido como político do que como literato” (1835, p. 70).

Em 1836, um ano após a publicação do *Bosquejo histórico*, dando força à questão da literatura nacional, Gonçalves de Magalhães escreveu *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, onde colocava a questão de “qual a origem da literatura brasileira?”. A análise de Magalhães assemelha-se da contida no *Bosquejo histórico*. Neste estudo, o autor considerou que até aquele momento não havia um caráter nacional suficientemente claro que possibilitasse a definição de uma literatura propriamente brasileira (Magnoli, 1997, p. 102).

As opiniões de Abreu e Lima sobre a inexistência de uma literatura brasileira não suscitaram uma polêmica direta de imediato. O registro do debate em torno do assunto repercutiu apenas em 1843, quando foi lançado o primeiro número do jornal *Minerva Brasiliense*. O debate ficaria conhecido como a “Polêmica da Minerva Brasiliense”, na qual se envolveram “representantes do segmento português e brasileiro, que expressaram suas idéias em diversos jornais do Rio de Janeiro”. Nesta oportunidade, Santiago Nunes Ribeiro “retoma o *Bosquejo* para se opor ao General Abreu e Lima”, questionando a inexistência de literatura evidenciada no trabalho (Giusti, 1999). Martins, atualmente, procurando justificar a opinião de Abreu e Lima e concordando com sua posição, aponta que, de fato, a produção literária era escassa: “a verdade é que não se pode considerar como das mais brilhantes a situação das letras brasileiras em 1835” (Martins, 1998, p. 215).

Dado o estado intelectual brasileiro, Abreu e Lima afirmava ser necessário que o conhecimento fosse compartilhado e disseminado pelo país. Este ato era considerado um exercício político e um serviço à pátria. Assumindo esta tarefa, declarava que:

“com o fim de ilustrar aquella parte do Povo, que não tem o necessário tempo para dedicar-se no estudo da história, verdadeira mestra de todos os homens que pretendem dirigir os destinos de seus semelhantes (...) entre nós há muitos que sabem, porém poucos que se dão ao trabalho de instruir os outros; neste caso apenas oferecemos o nosso contingente, como um tributo devido a nossa posição social, por que actualmente, aquelle que pode lansar uma pedra de mais para consolidar a base do nosso edificio político, deve fazel-o por seu próprio interesse e pelo bem da sua patria” (1835, p. 58)<sup>9</sup>.

Outro aspecto que Abreu e Lima utilizou para avaliar o estado intelectual dos povos analisados era a presença/ausência de viajantes estrangeiros a serviço da ciência. Segundo ele, “[t]odas as grandes expedições científicas, a de Sesé e Moriño, a de la Peroux, a de

---

<sup>9</sup> Em relação ao comentário sobre a condição social, de maneira geral na América, a elite foi responsável por participar da elaboração da nação através de sua atuação no campo das letras, principalmente pela História.

Bouguer, Godin e la Condamine, a de Humboldt e Bompland, todas forão dirigidas ás Colonias Espanholas” (1835, p. 47)<sup>10</sup>.

Interessado no assunto, Abreu e Lima fez um paralelo entre as expedições que vieram à América e aponta terem sido muito mais numerosas as presentes na América Hispânica do que no Brasil. Apontava o efeito negativo do “Pacto Colonial” e das restrições quanto a estrangeiros sobre o comércio e o conhecimento científico do país:

“México, Peru e Nova Granada forão por muitas veses o teatro das investigações científicas; somente o pobre e desgraçado Brasil esteve vedado a todos os sabios e viajantes; somente os Brasileiros estiverão privados do commercio com o mundo civilizado: somente o nosso paiz não pode ser explorado, nem as nossas alturas medidas, nem observados os nossos climas” (1835, p. 47)<sup>11</sup>.

Nem o parlamento escapou às análises do general quanto ao estado intelectual do Brasil. Abreu e Lima reclamava de que, com a última eleição, houvera a saída de deputados considerados superiores culturalmente aos do novo corpo legislativo, com era o caso dos Andradas, de Calmon, Montezuma, Lopes Gama e Manoel Alves Branco. Os novos deputados não eram considerados pensadores à altura dos anteriores. Segundo Abreu e Lima:

“a maior deputação, a da província de Minas, apenas oferece dous gênios salientes (Evaristo e Vasconcellos), e estes mesmos animados de tal sorte desse espírito de partido, que invalida as suas boas intenções, e inutilisa seos respectivos conhecimentos. Tornamos á protestar, que não he, e será a imparcialidade em questão de tanta monta, porém não podemos negar-nos á franquesa que o Povo se merece, visto que escrevemos para o Povo, tão somente para o Povo” (1835, p. 104).

Mesmo com tantos problemas apresentados, ao que parece, a população brasileira tinha em sua mente a representação de um país bem diferente do apresentado no *Bosquejo*. Visando corrigir tal distorção, Abreu e Lima fez uma crítica e um chamamento aos brasileiros para que refletissem sobre a “verdadeira” situação do país. Afirmava que, depois da independência, os brasileiros estavam se considerando em situação “privilegiada” no mundo, embora em sua opinião esta idéia não refletisse a realidade do país.

Para Abreu e Lima, assim que foi dado “o primeiro passo para a Independência, nos julgamos desligados do resto do mundo, e muito superiores (não sabemos porque regra) aos nossos progenitores, aqueles mesmos que nos tinham legado todos os seus vícios sem nenhuma de suas virtudes” (1835, p. 59). Este sentimento de grandeza no início da formação da nacionalidade brasileira, além do processo de independência, também estava associado com o movimento romântico da metade do século, que aponta as especificidades brasileiras como o caminho para a construção de uma identidade própria.

Abreu e Lima considerava que a idéia estava relacionada com a crença na grandeza do Brasil, que tanto se solidificara e fora propagada nos trabalhos de história da época (Diehl 1998; Lisboa, 2000). O general de Bolívar combateu estas representações, desdenhava dessa “idea vaga, que se tem propagado, da sua superioridade sobre todos os Povos do mundo pelas

---

<sup>10</sup> É interessante a referência de Humboldt na América e o fato de não fazê-la também ao Brasil, uma vez que o naturalista já havia passado pelo país e produzido a seu respeito.

<sup>11</sup> Esta análise não parece conferir com os estudos atuais. Com exceção do México, o Brasil é apontado como o país que mais recebeu viajantes e exploradores europeus. A opção pelo Brasil ocorreu devido ao estado mais ameno de sua situação política, em comparação com as guerras na América Hispânica, que se estenderam pelo menos por duas décadas após os primeiros movimentos de 1810. Vide (Lisboa, p. 269 IN: Mota, 2000).

vantagens da sua situação privilegiada, riquezas naturais, &c; e mais ainda pela risível estimativa da nossa capacidade intelectual” (1835, p. 48).

Apesar de o livro de Abreu e Lima ter surgido em 1835 como um instrumento político produzido para combater e afirmar as demandas políticas de um momento dado, conseguiu extrapolar seus objetivos ao apresentar a visão de um intelectual sobre o Brasil em uma época em que o processo de independência e identidade nacional se consolidavam.

### Considerações finais

O *Bosquejo histórico*, entre a produção historiográfica conhecida de Abreu e Lima, pode ser considerado o trabalho mais analítico em relação à historiografia nascente do país. Distancia-se tanto de seu trabalho anterior na Grã Colômbia, o *Resumen histórico* (1826), quanto do *Compendio da História do Brasil* (1843), que escreveria dez anos depois e em que retorna ao estilo narrativo, de exposição de fatos e personagens, aventurando-se em poucas análises interpretativas<sup>12</sup>.

O estudo recorreu à história européia e americana para sustentar seus argumentos. Em diversos momentos, retornou à antiguidade para indicar a origem de costumes, sistemas de governo ou ideologia. O trabalho focou o período da história moderna para discutir as questões referentes às possibilidades de sistemas de governo e sua adequação a cada país. As comparações, baseadas “nos factos históricos, ou nos princípios do direito publico universal” (1835, p. 38), foram as ferramentas usadas, estando de acordo com seu objetivo, pois o trabalho era inicialmente uma apresentação formal destinada à Câmara dos Deputados.

Abreu e Lima proporcionou elementos que demonstravam a preocupação com a busca de identidade e do auto-conhecimento como nação. O trabalho pretendia trazer uma reflexão que produzisse uma “radiografia” de sua composição étnica, política e cultural, dentro de uma perspectiva comparada onde o exemplo a ser seguido era o da Europa e os Estados Unidos.

Sua vivência na América Andina lhe permitiu trabalhar com uma visão mais ampla do país, ao percorrer um caminho traçado pela comparação entre as Américas. Assim, tentou mostrar principalmente o atraso brasileiro em relação ao continente e no quadro da expansão capitalista. Embora sua motivação tenha sido um livro de denúncia política, elaborou, sobretudo, um ensaio histórico, social e literário. Com certeza, este é o documento que expressa com maior clareza as idéias de Abreu e Lima.

Sobre esta publicação, existem diversos apontamentos quanto ao seu valor naquele momento devido à análise que faz sobre o Brasil. Romero chama a atenção para questões que lhe parecem importantes, como algumas considerações sobre a composição e o estado da população do país. Destaca também sua habilidade de expressão. Considera que “já neste escrito, mostra seu espírito casuístico e suas raras habilidades de polemista” (Romero, 2001, p. 256), cujas manifestações foram freqüentes em sua vida.

Estevão Pinto considera este trabalho como um dos mais interessantes estudos *político-sociais* produzidos na época da Regência (Pinto, 1949, pp. 12-15)<sup>13</sup>. Segundo sua análise, a defesa da Monarquia como forma de governo para o Brasil não se devia a uma convicção na bondade do sistema monárquico em si, como o melhor modelo de organização. A adesão e a defesa da monarquia eram, na visão de Abreu e Lima, necessárias ao país exclusivamente devido à conjuntura em que este se encontrava. Isto apontava à opção pragmática do general, dentro da perspectiva brasileira da época.

---

<sup>12</sup> Nos anos iniciais do IHGB, está foi a tendência que dominou a sua primeira geração: o grande apego à “organização” de documentos, personagens e fatos. Ver Iglésias (2000) e Guimarães (1995).

<sup>13</sup> Estevão Pinto comenta que já nesta época era, em suas palavras, “raríssimo” este livro. Na Biblioteca Pública do Estado, não havia nenhum exemplar. Durante minha pesquisa, em janeiro de 2005, não havia exemplar nem a catalogação do livro na biblioteca.

Estevão Pinto reforça que a tese central do *Bosquejo histórico* consiste em que o brasileiro era o povo mais atrasado do continente e que este atraso era proveniente da colonização portuguesa. Sobre esta crítica à colonização portuguesa, para o general Pinto (1949) comenta que este “tornou-se um verdadeiro ‘slogan’”<sup>14</sup>.

Outra opinião ao respeito provém de Wilson Martins, que caracteriza o livro como “na verdade, uma denúncia formal perante a Câmara dos Deputados, acusando Antônio Ferreira França de ‘Perjúrio, aleivoso e traidor’” (Martins, 2001, p. 211). De fato, esta foi a motivação inicial, a denuncia contra os dois deputados, que consistia em que ambos incorreram em crime contra a Constituição do Império. Porém, o *Bosquejo histórico* acabou por ultrapassar seu destino inicial e se tornou uma das primeiras publicações de interpretação do Brasil independente neste momento de auto-construção.

Realmente Abreu e Lima foi duro na sua crítica ao Brasil, mas, como apontamos no início, seu objetivo era mostrar os pontos negativos do país que o impossibilitavam de adotar o sistema republicano como forma de governo naquele momento. No entanto, várias das idéias presentes no seu trabalho foram representativas do imaginário coletivo brasileiro daquele momento, e mesmo de épocas posteriores, fazendo parte da representação que o brasileiro fazia sobre seu país e sobre seu povo.

### Referências bibliográficas

ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Nictheroy, Typographia de Rego e Comp., 1835.

DARWIN, Charles. “Diário das investigações sobre História durante a viagem ao redor do Mundo pelo navio de Sua Majestade ‘Beagle’, sob o comando de capt. Fitz Roy”. Nova Edição, 1871. IN: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas. *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: FUNDAJ, Editora Massanaga, 1992.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: dos IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. “Historiografia didática e pesquisa no ensino de História. X Encontro Regional de História – ANPUH\_RJ. História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002. IN: <http://www.anpuh.uepg.br>. 15/06/2005.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

GIUSTI, César, (org). “Nosso estado intelectual”. IN: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias*, vol. 5, nº. 2, agosto de 1999. <http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/abreuelima.html>. 12/08/2005.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidade e independências sobre las revoluciones hispánicas*. Fondo de Cultura Economica, Editorial Mapfre: México – DF, 1993

GUIMARÃES, Lúcia M<sup>a</sup>. Paschoal. “Liberalismo Moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)”. Pp. 103-126. IN: GUIMARÃES, Lúcia

---

<sup>14</sup> De fato, em sua obra posterior, o *Compendio histórico*, o português e a herança cultural deixada por esse são reconhecidos negativamente.

M<sup>a</sup>. P; PRADO, Maria Emília (orgs). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. *Debaixo da Imediata proteção se Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, 156 (388): jul.set. 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

KNIGHT, Alan. “Pueblo, política y nación, siglos XIX y XX”. IN: MESA, Luís Javier Ortiz; URÁN, Victor Manuel Uribe (orgs). *Naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina y el Caribe. Editorial Universidad de Antioquia*. Universidade Nacional de Colômbia, 2000.

KÖNIG, Hans-Joachim. “Nacionalismo: un problema específico de la investigación histórica de procesos de desarrollo”. IN: MESA, Luís J. O.; URÁN, Victor M. U. (orgs). *Naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina y el Caribe*. Universidade Nacional de Colômbia, 2000.

LISBOA, Karen Macknow. *Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX*. IN: MOTA, C. G (org). *A viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna, 1997.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, 3<sup>a</sup> ed., vol II, 2001.

PINTO, Estevão. *O general Abreu e Lima*. Recife, 1949.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Honório José. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo. Ed. Nacional, 1978

ROMERO, Sílvio. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2001.

SOBRINHO, Barbosa Lima. “Prefácio”. IN: ABREU E LIMA. J. I. *O Socialismo*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Faperj, 2001

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 3<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.